



O Brasil pelas mulheres: proteção a todo tempo



Brasília, sexta-feira, 27 de fevereiro de 2026 • Correio Braziliense • 13

“É hora de romper a estrutura machista”

No *CB.Debate*, promovido pelo **Correio**, autoridades defenderam educação, rigor na aplicação das leis e ação contínua do Estado para enfrentar a violência e garantir direitos às mulheres. É preciso reforçar a agenda da equidade

» ANA CAROLINA ALVES
» FERNANDA STRICKLAND
» LETÍCIA MOUHAMAD
» LUIZ FELLIPE ALVES
» MARIA EDUARDA LAVOCAT
» CAETANO YAMAMOTO*
» PEDRO JOSÉ*

Às vésperas do Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, o **Correio** abriu as portas do Auditório para uma discussão necessária e urgente. O *CB.Debate O Brasil pelas mulheres: proteção a todo tempo* reuniu autoridades e especialistas para buscar caminhos concretos de defesa dos direitos de mulheres e meninas. O encontro, que teve como mediadoras as jornalistas Carmem Souza e Denise Rothenburg, partiu da premissa de que a proteção feminina é uma construção coletiva — que exige vigilância permanente, compromisso institucional e ação contínua em um país em que a maioria das mulheres ainda não se sente segura.

O papel da educação no combate à violência de gênero foi o fio condutor da fala da vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), durante a abertura do evento. Celina defendeu o rompimento de uma estrutura machista, patrimonialista e patriarcal por meio da educação básica. “A punição só ocorre quando o Estado e a formação social falham na prevenção”, destacou.

A vice-governadora alertou sobre a hostilidade no ambiente digital, classificando a rede social como um “palco de agressão às nossas mulheres”. De acordo com Celina, a internet precisa de uma aplicação mais dura de proteção, para evitar que discursos de ódio sejam aplaudidos e propagados. A mudança real, segundo ela, exige que os meios de comunicação, os governos e o Legislativo entendam que “a pauta feminina não é apenas sobre mulheres, mas sobre direitos humanos verdadeiramente aplicados”, reforçou.

Também na abertura, a senadora Damares Alves (Republicanos-DF) ressaltou a necessidade de rigor na aplicação das leis e de aprimoramento das políticas públicas de proteção. Ao comentar o projeto votado no Congresso, nesta semana, que proíbe a relativização do estupro de vulnerável, ela afirmou que a proposta busca eliminar interpretações que enfraqueçam a responsabilização do agressor. “O projeto de lei elimina todas as atenuantes para a condenação de um estupro, pois quem fica com uma menina com menos de 14 anos, a lei é clara, é estupro”, afirmou.

A parlamentar destacou a preocupação da Comissão de Direitos das Mulheres com a consolidação de dados nacionais sobre violência de gênero. Segundo ela, é preciso compreender o caminho que os casos percorrem dentro do sistema de justiça. “Nem todo boletim de ocorrência vira inquérito nem todo inquérito vira processo. Precisamos desses dados para conhecer o perfil do agressor”, afirmou. Damares chamou atenção para o rejuvenescimento da violência. “Estamos observando que a idade vem diminuindo, tanto do agressor quanto da vítima. Que fenômeno é esse? Meninas de 15 anos sendo vítimas de feminicídio, meninos de 16 anos se tornando agressores”, alertou.

Equidade

Ministra do Trabalho Superior do Trabalho (TST), Maria Cristina Peduzzi destacou a importância de debates

Fotos: Ed Alves/CB/D.A Press



Celina Leão: “A punição só ocorre quando o Estado e a formação social falham na prevenção”



Damares Alves: “Quem fica com uma menina com menos de 14 anos, a lei é clara, é estupro”



Maria Cristina: “A nossa missão é vigiar, persistir e praticar os direitos”



Paula Belmonte: “A violência, antes de chegar ao corpo, chega na alma”



Guilherme Machado: educação para mudar a cultura de violência



Douglas Figueiredo: “O setor privado tem muito a fazer e a reparar”



Doutora Jane: “O que nos falta para interromper esses crimes?”

públicos para consolidar e ampliar direitos das mulheres. Segundo ela, eventos, como o promovido pelo **Correio**, são fundamentais para manter viva a agenda da igualdade e equidade. “A importância é permanente, porque foi graças a esses movimentos e a essas políticas de promoção da igualdade e equidade, que, hoje, temos uma legislação que assegura a plena igualdade de gênero em todas as esferas da vida, não só no trabalho, mas também na família”, afirmou.

Ao tratar da atuação do TST e dos desafios presentes no mercado de trabalho, Maria Cristina reconheceu que persistem problemas como disparidade salarial e sub-representação feminina em cargos de liderança. “Temos a realidade da desigualdade salarial entre homens e mulheres e cargos de chefia preponderantemente ocupados por homens. Mas a lei é rigorosa ao impedir qualquer ato de discriminação”, ressaltou. Ela explicou que o tribunal segue as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), incluindo o protocolo de julgamento com perspectiva de gênero, e reforçou: “É preciso assegurar, com firmeza, a aplicação da legislação que veda práticas de assédio e qualquer conduta que perpetue ilegalidades. A nossa missão é vigiar, persistir e praticar os direitos conquistados com luta, com fé e com sabedoria”.

Silenciamento

Durante a abertura do debate, a deputada distrital Paula Belmonte (PSDB) afirmou que a violência contra a mulher vai além das agressões físicas que resultam em feminicídios

e inclui formas silenciosas, como o assédio moral, o silenciamento e a deslegitimação da presença feminina nos espaços de poder. Ela relatou que, ao ingressar na vida pública, há sete anos, encontrou um ambiente marcado por práticas machistas e intimidações. Como procuradora especial da Mulher na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), disse ter se surpreendido com o número de denúncias de assédio moral. “A violência, antes de chegar ao corpo, chega na alma”, afirmou, ao questionar como uma mulher pode denunciar diante do medo de perder o emprego e da falta de apoio. Paula destacou o projeto “Falando Delas para Eles”, institucionalizado na CLDF, que leva debates às escolas para promover uma cultura de respeito.

Responsabilidade

Para a distrital Doutora Jane (Republicanos-DF), o combate à violência contra a mulher será mais efetivo com a união de forças. “Às vezes, eu chego em casa e falo, como eu sou impotente, como sou pequena, como não consigo mudar essa realidade. O que ainda nos falta para interromper esses crimes de vez?”, indagou.

A parlamentar comentou que a luta contra a violência tem pontos fundamentais, como o papel insuficiente do Estado. “Muitas mulheres demoram para denunciar por incertezas e medo, quando chegam na delegacia, novamente, a dúvida é plantada na cabeça dela. O policial pergunta: tem certeza que você quer prender o pai dos seus filhos?

Ele que te sustentava, como você vai sobreviver agora? Isso eu cito como uma delegada de polícia que ama a profissão, mas entendendo a falha institucional que acontece”, disse.

Desigualdades

Para o diretor-presidente da Geap Saúde, Douglas Figueiredo, o setor privado precisa ampliar políticas de equidade de gênero e adotar metas formais para corrigir desigualdades. “Estamos em vias de comemorar, em 8 de março, o Dia da Mulher, que é uma data de reflexão nacional e mundial. É muito importante que a gente olhe para o passado e busque corrigir esse registro histórico, que ainda é pesado”, declarou.

Figueiredo acrescentou que o poder público observe o setor privado ao elaborar normas. “Observem o setor privado e escrevam leis que exijam este olhar de equidade, algo que no Brasil ainda não há”, afirmou. “O setor privado tem muito a fazer e a reparar com as mulheres”, completou.

Guilherme Machado, presidente do **Correio** Braziliense, destacou que além das políticas públicas e das punições previstas em lei — que reconhece como necessárias —, é necessário especial esperança nas gerações mais jovens, como agentes da transformação social. “Eu aposto muito no futuro, aposto muito nas crianças, porque daqui a uns anos, nós não vamos precisar mais discutir isso”, disse. Segundo ele, trabalhar a educação dos meninos desde cedo é fundamental: “São os homens do futuro. A sociedade do futuro é que realmente irá mudar.”